



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E POLÍTICA URBANA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA.

Às 13h27min do dia 18/2/16, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Tarcísio Caixeta e com a presença dos vereadores Doutor Sandro e Elvis Côrtes, reuniu-se a Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Por unanimidade, foi aprovada a inversão da ordem dos trabalhos, que passou a assim ser apreciada: I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação, no prazo regimental, das atas da 1ª e da 2ª reuniões ordinárias, realizadas em 4 e 11/2/16, respectivamente, o presidente comunicou sua aprovação. III - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 40/16 - “Audiência Pública da Comissão de Meio Ambiente e Política Urbana, a ser realizada em 3/3/16, às 13 horas, no Plenário Helvécio Arantes, com a finalidade de discutir a desapropriação do imóvel situado na Av. Otacílio Negrão de Lima nº 1.350, bairro São Luiz de propriedade do Iate Tênis Clube nos termos do Decreto Municipal nº 16.229, de 15 de novembro de 2016. Com lista de convidados”. Autoria: vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares. Aprovado, por unanimidade. EM SEGUNDO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 1.385/14 - “Dispõe sobre a implantação de sedes de recolhimento de lixo, com a divisão adequada entre o lixo reutilizável e o lixo de fato a ser descartado nas escolas públicas e privadas de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Professor Wendel. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Elvis Côrtes, pela aprovação da Emenda nº 1. 2) Projeto de Lei nº 1.534/15 - “Altera a Lei nº 9.037/05, que institui o plano de ação - Programa de Recuperação e Desenvolvimento Ambiental da Bacia da Pampulha - PROPAM - em Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte, e regulamenta as ADEs da Bacia da Pampulha, da Pampulha e Trevo, em conformidade com as Leis nº 7.165/96 e 7.166/96”. Autoria: vereador Coronel Piccinini. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Alexandre Gomes, pela rejeição da Emenda nº 1. EM PRIMEIRO TURNO: 1) Projeto de Lei nº 1.682/15 - “Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartaz em estabelecimentos comerciais disponibilizando ao público o uso das instalações sanitárias na forma que menciona”. Autoria: vereador Leonardo Mattos. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Tarcísio Caixeta, pela aprovação. Registrou-se a presença da vereadora Elaine Matozinhos. 2) Projeto de Lei nº 1.744/15 - “Determina que seja afixado aviso na parte traseira dos veículos integrantes do Sistema de Transporte Público do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Bispo Fernando Luiz. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Elvis Côrtes, pela aprovação. 3) Projeto de Lei nº 1.760/15 - “Dispõe sobre os horários permitidos para a realização dos serviços de Telemarketing ("Call" Center), cria o banco de reclamações no PROCON Municipal e dá outras providências”. Autoria: vereador Vilmo Gomes. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Elvis Côrtes, pela aprovação. 4) Projeto de Lei nº 1.771/15 - “Altera a Lei nº 9.725/09, que institui o Código de Edificações do Município de Belo Horizonte”. Autoria: vereador Sérgio Fernando Pinho Tavares. A comissão perdeu prazo para apreciação de parecer a esse projeto em razão de o relator, vereador Tarcísio Caixeta, não tê-lo emitido. 5) Projeto de Lei nº 1.775/15 - “Dispõe sobre o recolhimento de pilhas e baterias usadas, objetivando dar destinação final adequada e dá outras providências”. Autoria: vereadora Elaine Matozinhos. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Alexandre Gomes, pela aprovação. Registre-se que, por ser autora do projeto, a vereadora Elaine Matozinhos não participou dessa votação. 6) Projeto de Lei nº 1.790/15 - “Dispõe sobre a proibição da inauguração e a entrega de obras públicas inacabadas



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ou que não estejam em condições de atender à população”. Autoria: vereador Joel Moreira Filho. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Tarcísio Caixeta, pela aprovação, com apresentação de emenda(s). 7) Projeto de Lei nº 1.791/15 - “Proíbe a exposição e venda de animais por estabelecimentos que comercializem gêneros alimentícios e dá outras providências”. Autoria: vereador Joel Moreira Filho. Aprovada, por unanimidade, a proposta de diligência apresentada pelo relator, vereador Tarcísio Caixeta. Registre-se a retirada do vereador Elvis Côrtes. Às 14h36min, a reunião foi suspensa para aguardar a chegada do vereador Professor Wendel. II - Audiência Pública: com a finalidade de “discutir a falta de estação de transbordo de entulho no município e a possibilidade de instalar uma estação em cada regional”, nos termos do Requerimento de Comissão nº 736/15, de autoria do vereador Professor Wendel. Às 14 horas, a reunião foi reaberta. O vereador Tarcísio Caixeta registrou a presença do vereador Professor Wendel, a quem passou a condução da audiência pública. Retiraram-se da reunião os vereadores Tarcísio Caixeta, Elaine Matozinhos e Doutor Sandro. Foram convidados a tomar assento à mesa: 1) o chefe de gabinete da diretoria geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Gustavo Batista de Medeiros, representante, neste ato, da diretora-geral, Flávia Mourão Parreira do Amaral; 2) os representantes da classe dos caçambeiros e dos proprietários de empresas de caçambas, Alex Alves de Matos e Delmir Alves Cardoso; 3) o presidente da Associação dos Moradores e Amigos do Bairro Pompeia – Amap -, João Geraldo de Almeida; 4) a gerente da empresa Lafaiete de Gestão Ambiental, Ester Silva Couto. O vereador Professor Wendel justificou a realização desta audiência pública pela falta de estações de transbordo de entulho em Belo Horizonte e pela reivindicação de caçambeiros da Capital para a criação de estações de transbordo de entulho nas regionais da Capital, com o objetivo de reduzir os custos de descarte dos resíduos, que, atualmente, acontecem, em grande parte, em uma Central de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Tratamento de Resíduos - CTR - localizada no Município de Sabará. Apontou que a grande distância que os caminhões com entulhos têm de percorrer até essa cidade e os preços cobrados pela CTR, considerados altos pelos caçambeiros, prejudicam a lucratividade dos empreendedores do setor. Apontou, também, que esse custo elevado para o descarte do entulho tem provocado o trabalho clandestino do setor, o que faz com que o entulho seja descartado em locais inapropriados para tal, como matas e córregos, trazendo, assim, inúmeros prejuízos ao meio ambiente. Foi, então, apresentado vídeo sobre visita técnica feita à CTR de Sabará, que recebe, diariamente, cerca de 3.800 toneladas de lixo e resíduos, provenientes de Belo Horizonte e outras cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH. O representante da classe dos caçambeiros e dos proprietários de empresas de caçambas, Alex Alves de Matos, solicitou a instalação de local para despejar entulho em Belo Horizonte, de forma a minimizar o custo dos caçambeiros. Informou que, para despejar entulho na CTR de Sabará, o caçambeiro tem de pagar R\$80,00 por tonelada, o que faz com que o caçambeiro tenha de pagar até R\$400,00 por caçamba, sendo que o aluguel cobrado do usuário de aproximadamente R\$ 200,00, ou seja, o caçambeiro tem de complementar o valor para fazer o despejo do entulho. Informou, ainda, que a CTR de Vespasiano só aceita entulho limpo, ou seja, apenas material oriundo de obras de construção civil. Explicou que, por esse motivo, fica difícil descartar entulho nessa CTR, pois, geralmente, os locatários de caçamba acabam por jogar, na caçamba por ele alugada, outros tipos de material não oriundos de obras de construção civil, como árvores e móveis. Relatou que o caçambeiro está tendo de adquirir pneus e peças usadas para garantir o funcionamento do caminhão, diante do elevado preço das peças e do óleo diesel, que, segundo informou, está mais caro do que a gasolina. O representante da classe dos caçambeiros e dos proprietários de empresas de caçambas, Delmir Alves Cardoso, criticou o impedimento do tráfego de caminhão em algumas ruas de Belo



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Horizonte. Explicou que essa medida faz com que o caçambeiro aumente, em muito, o trajeto para chegar a determinado local. Ademais, informou que, em determinados locais, os caminhões só podem trafegar no período noturno, porém, nesse período, se o caçambeiro fizer a retirada da caçamba, ele não terá local onde descartar o entulho. Relatou já ter recebido, durante o dia, ligação de fiscal da Prefeitura de Belo Horizonte - PBH - pedindo-lhe para retirar a caçamba de determinado local onde o tráfego de caminhões é proibido durante o dia. Registrou o fato de a PBH não ter como notificar as caçambas ilegais, já que nelas não há qualquer tipo de identificação. Avaliou que, assim, essas caçambas podem circular livremente e, conseqüentemente, oferecendo preço de aluguel inferior ao das legalizadas. O presidente da Amap, João Geraldo de Almeida, manifestou sua preocupação com as bacias hidrográficas de Belo Horizonte e registrou seu trabalho para conservá-las. Nesse sentido, criticou o fato de alguns caçambeiros, com o objetivo de reduzir os custos do serviço, descartarem ilegalmente entulhos em córregos. Relatou que, recentemente fora feito trabalho de saneamento básico nos córregos do Navio e da Baleia. Lamentou, no entanto, o fato de esse trabalho estar comprometido em razão do descarte clandestino de entulhos. Considerou que, além de colocar em risco os cursos d'água, a ação irregular faz com que o poder público tenha de aumentar os recursos gastos para a limpeza dessas áreas. Considerou que a verba gasta para essa limpeza poderia ser investida em melhor qualidade de vida para os moradores da cidade. Solicitou, por fim, destinação de verba para contemplar a solicitação dos caçambeiros. Solicitou, também, maior fiscalização por parte da prefeitura. O chefe de gabinete da diretoria geral da Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Gustavo Batista de Medeiros, informou que até o dia 26 deste mês está disponível para consulta pública o Plano Metropolitano de Gestão Integrada de Resíduos com Foco em Resíduos de Serviços de Saúde e Resíduos da Construção Civil e Volumosos. Registrou que o plano contempla os 50



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Municípios que compõem a RMBH e o Colar Metropolitano. Apontou que, entre as propostas contidas no documento, está a criação de 21 estações de transbordo para atender 50 cidades. Explicou que, ao acessar o *link*, o interessado poderá contribuir com sugestões e críticas para o aprimoramento da proposta. Considerou que um dos impactos do plano será a integração da gestão dos resíduos, de modo a reduzir os custos com este serviço. Disse ser preciso entender que o responsável pela destinação dos resíduos é aquele que os gera. Avaliou que, por uma falha do poder público, não se consegue fiscalizar essa destinação final, o que, em seu entendimento, propicia o recolhimento irregular de entulho. Nesse sentido, apontou ser preciso atuar na fiscalização daquele que gera os resíduos, de forma a obrigá-lo a acompanhar a destinação desses resíduos. Defendeu, por fim, a utilização de tecnologia para que se possa reaproveitar o entulho da construção civil. A gerente da empresa Lafaiete de Gestão Ambiental, Ester Silva Couto, considerou o descarte clandestino de entulho como o principal causador do desequilíbrio econômico para a atividade dos caçambeiros legais, além de oferecer sérios riscos para o meio ambiente. Considerou não haver fiscalização efetiva que possa impedir essa concorrência desleal. Destacou a importância de se discutir os benefícios da regularização da atividade tanto para as empresas do ramo quanto para a sociedade. Defendeu, por fim, a privatização do tratamento do resíduo, bem como a criação de áreas de transbordo e triagem nas regionais, e a administração, pelo Sindicato das Empresas Locadoras de Equipamentos, Máquinas e Ferramentas de Minas Gerais - Sindleq-MG - de uma usina de reciclagem para reaproveitamento do resíduo. A fala foi aberta para o público presente. Denise indagou se haveria alguma planilha com itens que determinam a precificação do valor de R\$80,00 cobrado para que o caçambeiro possa efetuar o descarte do entulho na CTR de Sabará. Indagou, também, sobre a existência de uma política pública para evitar a geração de entulho. O vereador professor Wendel informou que solicitará, da CTR de Sabará,



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

informações sobre essa precificação. Considerou que o reaproveitamento do entulho culminaria na sua redução. Nesse sentido, defendeu que as estações de transbordo a serem criadas poderiam fazer esse trabalho de reaproveitamento, sendo o material reaproveitado utilizado para construção de moradias populares. Tiago relatou a dificuldade do caçambeiro para o descarte de sofás e colchões, pois o locatário aluga a caçamba para efetuar o descarte desses materiais de sua casa, mas, por sua vez, o caçambeiro não tem onde descartar esses materiais, já que muitos locais não aceitam esse tipo de material. Criticou o fato de locatário não se preocupar com a destinação dos materiais por ele descartados. Criticou, ainda, o sindicato da categoria que, segundo declarou, não faz nada para a categoria, tanto que nem está presente nesta reunião. Uma pessoa que não se identificou criticou o fato de a PBH alterar, anualmente, o sistema de renovação das licenças para regularização das caçambas. A gerente Ester Silva Couto retomou a palavra para explicar que a precificação estabelecida para o descarte do entulho leva em conta o alto custo operacional (despesas com óleo diesel e pessoal) e o tratamento do resíduo. Quanto à proposta de redução do entulho, informou que a empresa desenvolve um projeto, denominado Inovar, que visa à redução da geração de resíduos nas obras. Afirmou que a empresa oferece diversas soluções para aqueles clientes que se interessarem em não gerar esse tipo de resíduo. Afirmou que o cliente só tem a ganhar se aplicar esse projeto. Considerou, por fim, que, além da sustentabilidade social e ambiental, esse projeto promove a sustentabilidade econômica. João Geraldo de Almeida reafirmou a necessidade de se articular ação imediata para que os caçambeiros possam “sobreviver”. Indagou qual a destinação dada, pelas CTRs, para o gás extraído do lixo, que poderia ser, inclusive, utilizado para geração de renda. Gustavo Batista de Medeiros propôs o agendamento de reunião na Agência de Desenvolvimento da RMBH para a apresentação detalhada do Plano Metropolitano de Gestão Integrada de Resíduos com Foco em Resíduos de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Serviços de Saúde e Resíduos da Construção Civil e Volumosos, com o fim de abordar as propostas apresentadas nesta reunião que tratam da redução e da valorização dos resíduos e da fiscalização e da rastreabilidade. O vereador Professor Wendell destacou que a criação das estações tanto é viável, que a medida já está sendo pensada em nível metropolitano. Manifestou intenção de aproveitar o conhecimento acumulado pela Agência de Desenvolvimento da RMBH na elaboração de um projeto de lei municipal sobre o descarte de resíduos em Belo Horizonte. Anunciou, ainda, a formação de uma comissão com a participação de caçambeiros para tratar do tema, a saber, os caçambeiros Alex Alves de Matos, Delmir Alves Cardoso e Tiago. Considerou que essa comissão composta por representantes dos caçambeiros da capital possa participar ativamente da busca de uma solução para o problema. Confirmou a realização de reuniões com a Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte e com a Superintendência de Limpeza Urbana da Capital - SLU -, bem como a elaboração de um projeto de lei para normatizar a questão. Nada mais havendo a ser tratado, o vereador Professor Wendell declarou encerrados os trabalhos às 15h19min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

| |
|---|
| <p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuída em avulso, no dia <u>24/02/16</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><i>Delmir Alves Cardoso</i> <u>28.4.16</u></p> <p>Presidente</p> |
|---|